



República da Guiné-Bissau
Ministério da Juventude e Emprego

Política Nacional de Juventude

16 Dezembro 2015

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	4
PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	7
I.CONTEXTO GERAL	8
1.1. Contexto geográfico e humano	8
1.2. Contexto político e institucional	8
1.3. Contexto económico e pobreza	9
1.4. Contexto mundial	9
II.ABORDAGEM METODOLÓGICA	10
III.DIAGNÓSTICO DO SETOR DA JUVENTUDE	11
3.1. Apresentação e análise da situação dos jovens	11
3.2. Diagnóstico do enquadramento regulamentar e institucional	17
3.3. Análise prospetiva : inter-relação dos fatores	18
2.4. As questões e desafios do setor	20
IV.ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR	21
4.1. Missões genéricas do setor	21
4.2. Visão, Valores e Princípios de Ação	21
4.3. Orientações estratégicas.....	23
4.4. Plano estratégico de desenvolvimento da juventude	25
V.ENQUADRAMENTO DE PILOTAGEM E DE SEGUIMENTO-AVALIAÇÃO	30
5.1. Um seguimento-avaliação considerado fator de boa governação	30
5.2. O dispositivo de implementação do seguimento e da avaliação	31
5.3. Instrumentos de implementação do sistema de seguimento-avaliação	33
VI. FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE	33
VII. ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE PLANEAMENTO	34
VIII. GESTÃO DE RISCOS	35

CONCLUSÃO	36
DOCUMENTOS EM ANEXO.....	37
BIBLIOGRAFIA	38

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ACJ: Alto Conselho da Juventude
- BIT : Gabinete Internacional do Trabalho
- CEDEAO: Comunidade Económica do Estados da África Ocidental
- CONFES: Conferência dos Ministros da Juventude e do Desporto dos países de língua francesa
- CNJ: Conselho Nacional da Juventude
- CEDAW (inglês) : Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação das mulheres
- CPLP: Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
- DENARP: Documento da Estratégia Nacional de redução da pobreza
- FIJ : Fundo de Inserção dos Jovens
- HCJ : Conselho Superior da Juventude
- JMJ : Jornadas Mundiais da Juventude
- MICS : Inquéritos de Indicadores Múltiplos dos Aglomerados
- OIF : Organização Internacional da Francofonia
- OIT : Organização Internacional do Trabalho
- OMD : Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- ONU : Organização das Nações Unidas
- PALOP: Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
- PNJ: Política Nacional de Juventude
- PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPEJ: Programa de Promoção de Emprego Jovem
- PPP: Parcerias Públicas Privadas
- PTF : Parceiro Técnico e Financeiro
- TIC : Tecnologia de Informação e Comunicação
- UEMOA: União Monetária do Oeste Africano
- UNFPA: Fundo das Nações Unidas para a População
- UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

PREFÁCIO

A Guiné-Bissau, nosso país, escreve uma página difícil da sua história, marcada por décadas de instabilidade política e institucional. Enfrenta os desafios da construção da paz, da instauração da democracia e da consolidação da sua unidade nacional. Foi preciso uma vontade política, a toda a prova, para arrancar e fazer avançar, até ao seu termo, a formulação de uma Política Nacional de Juventude.

No contexto atual, esta decisão de grande significado histórico, não visa apenas a simples consideração das preocupações dos jovens, nem só fornecer um enquadramento para a sua integração na vida nacional. As mais altas autoridades políticas tencionam de forma resoluta fazer da juventude um elemento chave para o desenvolvimento socioeconómico e a consequente emergência da Guiné-Bissau.

A Política Nacional de Juventude toma a cargo a concretização deste desiderato maior, mediante a criação de uma estratégia para a juventude que seja transversal, holística, consensual e inclusiva. Trata-se também de usar como referência as diretivas mundiais relativas as políticas públicas para a Juventude.

O processo de elaboração da Política Nacional de Juventude, foi coordenado habilmente pelo Ministério. A Comissão Multissetorial de Elaboração da Política Nacional de Juventude, que foi criada para o efeito, conduziu todos os trabalhos.

Sendo o processo de planeamento da juventude um momento forte na vida de uma Nação, pela mobilização de todos os constituintes da sociedade, nós temos de lhe dar toda a atenção exigida.

O resultado obtido, devemos-lo bastante ao contributo dos quadros do Instituto da Juventude, das parcerias chave para o desenvolvimento, dos consultores, mas sobretudo de todos os quadrantes da juventude guineense que fizeram vincar os seus legítimos anseios aquando das consultas sectoriais, regionais e o ateliê nacional de validação.

Importa aqui entrelaçá-los a todos, com agradecimentos profundos e sinceros, fazendo uma menção especial ao Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) por ter respondido, logo de início, ao pedido do Governo, disponibilizando assistência técnica e financeira para a materialização deste desidrato.

Juntamos a estes os agradecimentos a todos aqueles que, por meio dos espaços de concertação e reflexão, trouxeram o seu conhecimento e experiência para dotar a Guiné-Bissau de um quadro de referência único na área da juventude, de um instrumento de mutualização dos esforços, de organização da coerência e da eficácia, para fazer da Juventude, de acordo com a Carta Africana da Juventude: «um parceiro e um trunfo incontornável para o desenvolvimento sustentável, a paz e a prosperidade em África, que pode dar um contributo único para o desenvolvimento presente e futuro»¹.

¹ Excerto do Preâmbulo da Carta Africana da Juventude.

Uma vez que a elaboração de uma Política Nacional de Juventude é, antes de mais, um assunto dos jovens, estes devem ser os seus principais beneficiários e os principais intervenientes. Zelaremos, então, após o contributo essencial destes à sua formulação, para que estejam presentes no centro de todas as etapas da sua aplicação, para que o imenso potencial que eles contêm possa ser realizado em benefício da nação.

O Governo da Guiné-Bissau também irá pôr em prática as condições necessárias para se poder continuar com a colaboração profícua mantida durante todo o processo de elaboração da Política Nacional de Juventude, e zelará pela consolidação dos contributos de todos para que esta colaboração seja uma referência em termos de política do Governo.

Domenico OLIVEIRA SANCA

Ministro da Juventude e Emprego

INTRODUÇÃO :

A juventude é a categoria social mais importante, em termos numéricos, nas sociedades contemporâneas consideradas globalmente². Esta presença massiva na população faz dela um dado estruturante maior, incontornável em todos os processos de desenvolvimento económico e social, devido ao seu dinamismo e envolvimento, tangíveis e renováveis.

No entanto, se o seu dinamismo não for canalizado, orientado e investido na transformação positiva da sociedade, a juventude pode, através de comportamentos organizados ou provocados, constituir um risco elevado para a segurança pública e para a estabilidade social.

É por esta razão que assumir as necessidades e aspirações dos jovens, a fortiori num contexto de fraqueza institucional como o da Guiné-Bissau, constitui um imperativo categórico e uma prioridade nas escolhas de políticas. Além disso, a melhor forma de o conseguir implica igualmente o planeamento de uma política de juventude consensual e inclusiva, mobilizando todos os componentes nacionais.

A Guiné-Bissau, apesar de ter ratificado a Carta Africana da Juventude e aderido às diretivas da CONFEJES que exigem que os Estados e Governos membros ponham em prática políticas de juventude, ainda não tinha cumprido este compromisso; o mesmo se aplicava às recomendações das Nações Unidas, da Francofonia ou da Unesco, que exigem que os Estados implementem estratégias de favorecimento da Juventude. A partir de agora já é um facto consumado, não por simples conformismo, mas porque as autoridades políticas se aperceberam de como é ineficaz não ter uma política de juventude na estratégia global do desenvolvimento nacional.

Porém, não se trata apenas da simples preocupação de evitar a pilotagem de improviso na ação do Governo a favor dos jovens. O objetivo é, sobretudo, planejar o futuro dos jovens e, conseqüentemente, de toda a nação.

A partir de agora, dispomos de uma Política Nacional de Juventude, uma referência única a partir da qual poderemos construir respostas rápidas para a exigência urgente dos jovens de uma inserção harmoniosa na sociedade.

O presente documento de Política Nacional de Juventude tem cinco partes. A primeira parte debruça-se sobre o contexto, a segunda é dedicada à abordagem metodológica. A terceira parte trata do diagnóstico do setor (resumo do documento de diagnóstico), enquanto a quarta parte apresenta o enquadramento estratégico do desenvolvimento do setor da juventude. A quinta parte apresenta o enquadramento de pilotagem e de seguimento-avaliação.

Também foram elaborados um Plano de Ações Prioritárias, um documento sobre a Descrição de Serviços e um Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, que são, aliás, documentos sobre os meios de operacionalização da PNJ. Estes poderiam ser-lhe anexados.

² Em 2009, a população da Guiné-Bissau é marcada por uma presença massiva de jovens: mais de 55% da população, ou seja, 836 456 pessoas têm entre 15 e 35 anos, numa população total de 1 520 830 indivíduos.

I. CONTEXTO GERAL :

1.1. Contexto geográfico e humano :

A República da Guiné-Bissau é um Estado da África ocidental banhado a oeste pelo oceano Atlântico, limitado ao sul e a leste pela Guiné-Conacri, e ao norte pelo Senegal. A sua superfície é de 36 125 km².

Vinte e dois por cento (22%) do território está coberto de água, 12% das terras cultivadas, 38% das terras não aproveitadas. As florestas cobrem 6% das terras. O relevo é plano com uma altitude máxima de 300 m. O país conta oitenta e oito (88) ilhas e ilhotas representando uma oportunidade garantida para o desenvolvimento do turismo.

Segundo os resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação (RGPH) realizado em março de 2009, a população da Guiné-Bissau é de 1.449.230 habitantes.

As mulheres estão em maioria com 51,4% da população total, contra 48,5% de homens³. A taxa média de crescimento demográfico é de 2,2%. A população com idades dos 0-17 anos perfaz 49,4% da população total dos agregados familiares. As crianças estão divididas de forma igual por sexo : os rapazes representam 51,1% e 47,8% são raparigas. As projeções preveem uma população de mais de 1.870.729 em 2030.

Na Guiné-Bissau, a referência étnica é muito forte e traz consigo rivalidades que provocam tensões e risco de instabilidade no país. A repartição étnica dá aproximadamente: Fulas 28,5%, Balantas 22,5%, Mandingas 14,7%, Papéis 9,1%, Manjacos 8,3%, Beafadas 3,5%, Mancanhas 3,1%, Bijagós 2,1%.

1.2. Contexto político e institucional :

O contexto político e institucional do país manteve-se muito complicado por muito tempo, devido a repetidos golpes de Estado que, impediram qualquer planeamento duradouro do desenvolvimento nacional.

Em 2007, os três principais partidos políticos assinaram dois instrumentos político-parlamentares para uma nova governação denominada “Pacto de Estabilidade Política Nacional e acordo de Estabilidade do Governo e do Parlamento”. No entanto, os signatários votaram em seguida uma moção de censura contra o Governo da altura, o que levou à sua queda e substituição por um novo Governo. Em 2012, um novo golpe de Estado, na sequência da morte do Presidente da República de então, cuja eleição tinha suscitado uma recuperação da confiança, também gerou o desespero.

O país terminou em 2014 um período de transição que se concluiu com as eleições democráticas e a eleição de um Presidente da República e de uma Assembleia Nacional. Existe uma imensa esperança de ver a Guiné-Bissau a sair

³ Ver no documento de diagnóstico feito com intenção de se elaborar a PNJ.

definitivamente dos períodos de instabilidade política e institucional para se envolver resolutamente na construção do seu desenvolvimento.

1.3. Contexto económico e pobreza :

A Guiné-Bissau é um dos países mais desfavorecidos do planeta. A classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2013, estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), situava a Guiné-Bissau no 177º lugar em 177 países, contra o 173º em 177 países de 2010, ou seja, um recuo de 4 lugares.

Mais de duas décadas de instabilidade e de má gestão arruinaram a economia do país, baseada essencialmente nas exportações da castanha de caju. A destruição dos serviços e infraestruturas, devido a anos de guerra, agravaram as más condições sociais.

Os vários Governos tiveram muitas vezes dificuldades em pagar os salários dos militares e dos funcionários. A combinação de vários fatores de instabilidade (a instabilidade política e institucional, a escassez nas infraestruturas de base, o impacto das crises económicas e financeiras internacionais, etc.) fez com que os resultados fossem claramente inferiores aos objetivos estabelecidos inicialmente pelo DENARP¹. Entre 2007 e 2009, o crescimento económico andou à volta de uma média de 3,1%, contra um objetivo inicial de 5%.

O nível de pobreza agravou-se, passando de 64,7% em 2002 para 69,3% em 2010, deixando o país numa posição difícil relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (OMD) para 2015⁴, que estarão longe de ser alcançados no final de 2015.

Apesar disso, o país dispõe de trunfos e de vantagens comparativas importantes na área da agricultura, do turismo e da pesca, e de condições interessantes para a cabotagem. Com a estabilidade política nascente, que todos desejam duradoura, o país espera um regresso gradual dos investidores e a melhoria das intervenções dos parceiros para o desenvolvimento, dos quais a maior parte tinha restringido a sua ajuda humanitária.

1.4. Contexto mundial :

A instabilidade política e institucional, a migração, as guerras ideológico-religiosas, a ressurgência do comunitarismo, as ameaças à noção de Estado, as desigualdades sociais e económicas, caracterizam marcadamente este mundo que, como é óbvio, gostaríamos que fosse mais solidário e acolhedor. Assistimos a uma crise na educação e nos valores, logo, uma crise profunda, grave. A história do homem talvez nunca tenha parecido tanto fugir ao nosso alcance. As juventudes africanas são irremediavelmente apanhadas neste contexto, onde as políticas elaboradas em seu favor, por não as conseguirem dele extrair, tentam, pelo menos, dotá-las de meios para nele encontrarem o seu equilíbrio.

⁴ Documento de Estratégia Nacional de redução da pobreza (DENARP II), 2011

II. ABORDAGEM METODOLÓGICA :

Para que a Política Nacional de Juventude da Guiné-Bissau seja um quadro de referência único, consensual e inclusivo, o seu **processo de elaboração foi estruturado pelos seguintes fatores chave de sucesso, organizados à volta de uma abordagem totalmente participativa.**

O processo começou com reuniões da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto, com a colaboração do Fundo das Nações Unidas para a população (UNFPA), com uma clara noção da necessidade de planear uma política nacional de juventude e a definição das condições da sua satisfação.

Uma Comissão Multissetorial de Elaboração da Política Nacional de Juventude (CMEPNJ) foi, posteriormente, criada pela Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto para conduzir o processo. Esta comissão, composta de forma a conjugar o máximo de competências ao nível nacional, requisitou os serviços de um consultor internacional e de dois consultores nacionais, para reforçar as suas capacidades técnicas e organizativas, e produzir os documentos de trabalho para todos os encontros de reflexão.

Concertações regionais e uma concertação nacional dos jovens foram organizadas, da sua plena responsabilidade, com a assistência dos adultos, conforme os seus desejos. Esta etapa, determinante na elaboração de uma política de juventude, deixou que os jovens construíssem o seu próprio ponto de vista sobre a sua situação e a do país, e que o defendessem ao longo de todo o processo.

Uma concertação nacional, juntando os parceiros chave para o desenvolvimento, foi também organizada, na sequência das concertações descentralizadas de jovens, para se encarregar dos seus contributos para o diagnóstico do setor. Esta concertação, que foi um ponto culminante do processo, permitiu obter uma leitura global das questões da juventude e correlações com os outros setores da vida nacional. Os resultados foram aproveitados pela Comissão Multissetorial para enriquecer e finalizar o documento de diagnóstico e propor às partes interessadas do setor um projeto de Política Nacional de Juventude com o seu sistema de seguimento-avaliação e um Plano de ações prioritário.

Finalmente, o processo foi concluído com a realização de um seminário nacional de validação técnica da Política Nacional de Juventude, do plano de ação prioritário, do sistema de seguimento-avaliação e de um plano de formação dos agentes encarregados da execução.

A adoção da PNJ pelo Governo e a votação de uma lei de orientação a favor da juventude constituem, também, fatores chave de sucesso para uma política do Governo suscetível de envolver e mobilizar toda a nação. Por essa razão, foi fortemente sugerido ao Governo da Guiné-Bissau que realizasse estas últimas etapas e que organizasse uma reunião de doadores com todos os setores suscetíveis de contribuir para o financiamento.

DIAGNÓSTICO DO SETOR DA JUVENTUDE:

O diagnóstico do setor consiste em apresentar e analisar de forma prospetiva, por um lado, a situação da juventude e, por outro, o enquadramento institucional de gestão do setor. Trata-se, de facto, aqui, de uma síntese dinâmica do documento de diagnóstico que serviu de base de trabalho para as concertações dos jovens e dos parceiros chave para o desenvolvimento e foi validado pelas autoridades.

3.1. Apresentação e análise da situação dos jovens :

3.1.1. Necessidades e aspirações nascidas do exercício de um direito :

- **O acesso à educação, a escolarização :**

Na Guiné-Bissau, a taxa bruta de escolarização passou de 56,9% em 2003-2004 para 67,4% em 2010, com uma progressão de 10,5% em 6 anos. Nota-se que há diferenças entre as zonas urbanas (87,1%, 83,5%) e rurais (56,5%) e entre os sexos (rapazes 69,3% e raparigas 65,4%) no ciclo primário. A taxa de conclusão da escola primária foi estimada em 64%.

Os esforços atuais do Governo não vai permitir alcançar os objetivos dos OMD. O analfabetismo afeta mais de 50% da população adulta.

Se é verdade que o maior impacto no ritmo de evolução da escolarização é o das dificuldades económicas e financeiras e a instabilidade política do país, também é preciso considerar os fatores ligados às realidades socioculturais, tais como os casamentos e as gravidezes precoces que agravam o abandono escolar das jovens.

As questões ligadas às condições de ensino, nomeadamente a fraqueza dos blocos horários realizados e as reprovações, a falta de salas de aula e de professores, levam a uma baixa qualidade de ensino e geram um nível baixo de estudantes, abrandando o ritmo de escolarização.

- **Ponto da situação em termos da saúde dos jovens e das violências contra as raparigas:**

A prevalência do VIH foi estimada em 3,3% em 2012, segundo o relatório de atividade sobre a Resposta Guiné-Bissau 2012. Esta taxa é mais elevada nas mulheres grávidas (5%).

Nota-se uma tendência para a feminização da epidemia. O grupo etário dos 15 aos 18 anos encontra-se muito exposto. Um número limitado de jovens sabe que está infetado. Aqueles que sabem não se protegem porque não estão suficientemente informados sobre como adotar comportamentos seguros. Uma grande parte dos jovens (21%) já tem relações sexuais antes dos 15 anos.

É urgente desenvolver programas de educação sexual para diminuir a transmissão através de relações sexuais, que constitui uma das principais causas de infeção. A ociosidade e a pobreza são fatores agravantes.

Os programas de luta contra a pandemia deparam-se com realidades culturais que dificultam as mudanças de comportamento pretendidas.

A mortalidade infantil é muito elevada devido às condições de saúde e financeiras globalmente insatisfatórias no país, mas também aos fracos resultados na área do planeamento familiar.

O Parlamento adotou a lei 14/2011 contra as práticas nefastas como a excisão (o Código Penal no artigo 117º, condena a excisão). As penas são reforçadas em caso de haver agravantes, como por exemplo se a vítima morrer. Esta medida legislativa vem reforçar a ratificação pela Guiné-Bissau da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW) em 1985 e do seu Protocolo facultativo em 2009. O Protocolo de Maputo sobre os Direitos das mulheres foi assinado em 2008, mas não ratificado. Estas medidas, porém, têm pouco efeito sobre a situação em termos de saúde.

As gravidezes e os casamentos precoces, igualmente numerosos, provocam problemas de saúde aos jovens, com uma taxa anormalmente elevada de mortalidade. A idade legal para o casamento é de 14 anos para as raparigas e de 16 anos para os rapazes. Além de já ser considerada baixa, a idade legal para o casamento não é respeitada devido, sobretudo, a certos costumes: as raparigas de 12 ou 13 anos são obrigadas a casar por pais que, deste modo, as colocam em risco de vida caso engravidem ou fiquem com fístulas por terem os órgãos sexuais ainda imaturos.

As violências praticadas sobre as mulheres, as práticas como o incesto e a violência doméstica estão particularmente disseminadas. Ainda que a violação seja penalizada, a lei muito raramente é aplicada e os culpados raramente perseguidos, devido, especialmente, à falta de recursos, às resistências culturais e às dificuldades do sistema judiciário.

As práticas ancestrais de promessas de casamento ou de pagamento de dívidas e favores recebidos pelos pais do adolescente, usando-o como “moeda de troca” ainda existem no país.

Ao nível do Ministério encarregado da juventude, foram feitas diligências para criar dois Centros de aconselhamento sobre a saúde reprodutiva dos jovens. No entanto, são largamente insuficientes. Os jovens continuam a desenvolver uma sexualidade perigosa que os expõe ao VIH/SIDA e às Infecções Sexualmente Transmissíveis.

A situação política, marcada por crises recorrentes que provocam deslocamentos da população, dificuldade em mudar os comportamentos, a existência de certos valores sociais negativos, afeta o impacto dos programas, agrava o ritmo de evolução do VIH/SIDA e dificulta a luta contra o paludismo.

- **Acesso à cultura, ao lazer e à informação:**

O nível e a qualidade da recreação e do lazer, apesar da diversidade e da riqueza cultural da Guiné-Bissau, permanecem fracos. A cultura e o lazer desportivos são

pouco utilizados para desenvolver atividades capazes de mobilizar os jovens para projetos de vida que sejam saudáveis.

No que respeita ao desporto, a insuficiência das infraestruturas e o seu estado de decadência, a falta de recursos humanos, constituem o primeiro limite. A ausência de uma verdadeira política desportiva e de atividades de lazer, e a fraqueza do investimento privado no setor desportivo, impedem a profissionalização e responder adequadamente às necessidades dos jovens em termos de atividades de lazer saudáveis.

O teatro e a música estão em regressão, após uma fase histórica, muito promissora, da cultura na Guiné-Bissau.

Existem clubes de lazer um pouco por toda a Bissau, mas há problemas com o seu funcionamento: falta de respeito pelas regras relativas à proteção da juventude, sobretudo dos menores, não observação das condições mínimas de segurança e de higiene nos clubes de cinema, etc.

Os centros culturais são insuficientes apesar dos esforços de iniciativa privada que levaram à criação de 12 centros multifuncionais para jovens.

O défice das infraestruturas da juventude e a fraqueza do investimento no setor das Telecomunicações, muito lamentado pelos jovens, dificultam o acesso à informação sobre a juventude e às Tecnologias de Informação e Comunicação. Os jovens são, deste modo, marginalizados em relação aos fluxos importantes de conhecimentos e saberes aos quais as juventudes de outros países acedem mais facilmente.

As respostas à necessidade de atividades de lazer saudáveis para os jovens encontram-se concentradas quase totalmente ao nível da capital. A região de Gabu é a única a ter um centro multifuncional, mas com fraca capacidade de acolhimento e programas pouco diversificados.

- **Estado da proteção da juventude e da infância - luta contra a delinquência, a droga, a toxicodependência, a prevenção dos conflitos e a migração ilegal:**

A situação crítica dos direitos humanos na Guiné-Bissau é resultado dos problemas políticos, sociais e económicos do país. A Guiné-Bissau não ratificou muitos dos instrumentos e convenções internacionais de promoção e de proteção dos direitos da pessoa humana, nomeadamente a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação, a Convenção contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e a Convenção para a proteção das pessoas com deficiência (os deficientes são ao número de 13.590 representando 0,94% da população da Guiné-Bissau, de acordo com o recenseamento de 2009).

Quanto às mulheres, o exercício dos seus direitos é penalizado pela persistência de vazios jurídicos (leis sobre o casamento precoce e forçado, sobre a violência doméstica) e o difícil acesso às estruturas judiciárias, a insuficiência das estruturas de acolhimento e de proteção das mulheres traumatizadas, as atitudes e comportamentos estereotipados e a violência.

A definição jurídica de criança baseia-se na Convenção sobre os direitos da criança: as crianças, segundo o Estatuto de apoio judiciário às crianças e a Constituição da República da Guiné-Bissau, são todas as pessoas que tiverem menos de 18 anos. Isto significa que algumas das populações consideradas como jovens também são consideradas como crianças.

A Guiné-Bissau aderiu a vários instrumentos internacionais relativos aos direitos das crianças: a Convenção sobre os direitos das crianças, a Carta africana dos direitos e do bem-estar das crianças, a Convenção de Otava e os Protocolos facultativos sobre o recrutamento de crianças soldados e a exploração sexual das crianças, a Convenção de Palermo e a Convenção sobre a proibição da utilização de minas antipessoais, a Convenção da OIT sobre a idade mínima para trabalhar e sobre as piores formas de trabalho infantil, o Protocolo ao acordo da CEDEAO sobre o tráfico de crianças.

As convenções e os protocolos têm um valor persuasivo, mas é preciso assegurar a sua integração no direito positivo da Guiné-Bissau.

Além disso, existem várias medidas institucionais ou programáticas: Estatuto de apoio jurídico aos menores, Instituto da Mulher e da Criança, Direção Geral de Solidariedade Social, programas dos ministérios e ações dos parceiros da sociedade civil. Porém, estas medidas ainda não produziram resultados relevantes. A proteção e promoção dos direitos das crianças mantêm-se uma preocupação constante. O funcionamento anómalo generalizado das instituições judiciais dificulta o exercício da legitimidade processual na justiça.

A situação agrava-se com o aumento do consumo de drogas entre os jovens, observado até nas escolas. A ausência de uma estratégia nacional de luta contra a droga e a falta de reação das autoridades, agravam o fenómeno e tornam vulneráveis os jovens que são levados à delinquência juvenil e à prostituição.

Os conflitos internos e os que têm origem nos países limítrofes, nos quais aqueles são ao mesmo tempo agentes e vítimas, constituem fatores agravantes para a vulnerabilidade dos jovens. As dificuldades económicas favorecem a migração ilegal que assola a sub-região. Muitos jovens da Guiné-Bissau, cujo os pais são empurrados pelos bens materiais, preferem enfrentar os perigos de morte da migração clandestina invés de ficarem inactivos no país.

- **A situação da participação cívica e da vida associativa:**

A participação cívica dos jovens para a construção da nação é fundamental. Nenhum país pode, hoje em dia, passar sem ela, sobretudo os países pós-conflito como a Guiné-Bissau onde faltam os recursos financeiros e humanos desastrosamente. Apesar disso, o voluntariado e a beneficência, que já deram provas na mobilização do potencial dos jovens para reforçar as estratégias de desenvolvimento, ainda estão muito pouco desenvolvidos no país.

Iniciativas privadas como a da Missão da Guiné-Bissau do Programa de Reforço das capacidades e do Mecanismo de Coordenação da organização da sociedade civil, dão resultado em termos do desenvolvimento do voluntariado a favor da juventude. O programa de Voluntariado das Nações Unidas na Guiné-Bissau

encomendou um estudo sobre o voluntariado; os resultados permitirão, certamente, ter dados de base essenciais para apoiar a elaboração de uma política eficaz neste domínio.

A participação na vida pública nacional e internacional também permanece fraca, devido à limitação dos recursos, o que torna difícil mobilizar os jovens. Os jovens lamentam grandemente a sua ausência das instâncias de decisão e já o fizeram saber nas suas concertações.

Os défices em termos de descentralização e de democracia participativa são igualmente salientados pelos jovens como sendo limites à sua participação na vida pública.

A vida associativa, fundamental para o desenvolvimento da consciência do cidadão, progride a um ritmo aceitável graças à existência de um quadro jurídico favorável (Constituição da República, art.55º, Código civil), isto apesar da fraqueza dos meios que é devida, em parte, à retirada dos principais doadores. As associações investem em muitos setores da vida nacional graças aos esforços de mobilização dos jovens.

As ações incidem sobre :

- A luta contra o VIH/SIDA, o paludismo, etc. ;
- A construção da paz e da estabilidade social, e a luta contra a pobreza ;
- A limpeza e o saneamento dos locais públicos, a manutenção das estradas, a construção de escolas, de postos de saúde, o fornecimento de medicamentos aos pacientes;
- A promoção da troca regular de experiências com os jovens dos países vizinhos;
- A auto-educação e a transmissão de conhecimentos sobre vários assuntos aos seus membros e a grupos alvo.

No que diz respeito às questões de igualdade e de género, constata-se uma enorme disparidade na participação das raparigas e dos rapazes no processo associativo, especialmente no âmbito das instâncias de tomada de decisão.

A governação do setor associativo, particularmente as relações entre o Estado e as organizações de juventude, pode ser melhorada, nomeadamente as relações entre o Estado e o movimento associativo jovem. Os jovens dispõem de um Conselho Nacional da Juventude (CNJ), um trunfo importante para a mobilização e a construção da sua participação no desenvolvimento nacional. O Decreto N°25 A/94 de 15 de junho de 1994, que criou o Instituto da Juventude, menciona que o CNJ é a organização da juventude reconhecida pelo Estado que abarca todas as outras organizações que desejem fazer parte dele. Este reconhecimento oficial dá ao CNJ a possibilidade de representar a juventude perante o Estado mas, também, lhe atribui um dever de responsabilidade por uma contribuição responsável e de qualidade para o desenvolvimento do país.

3.1.2. Desafios nascidos da conjuntura :

- **O peso demográfico da juventude:**

A Guiné-Bissau tem um crescimento demográfico rápido e forte: 2,5% por ano. As autoridades, de momento, veem-se na impossibilidade de reduzir a pobreza e de responder às necessidades essenciais da população, em particular dos jovens.

Os jovens dos 15-35 anos, potencialmente ativos, perfazem quase 55% da população total.

A juventude cristaliza todos os sintomas e as manifestações da atual crise social e cultural do país, marcada por fortes pressões sobre a educação, a saúde, a habitação, etc.

Mas a juventude é um valor garantido para o país, isto se uma verdadeira mudança de paradigma a considerar não como um problema, mas como uma solução, e agir de acordo. Ela é um vetor e um importante interveniente para a estabilização do desenvolvimento, e a melhor resposta de que a Guiné-Bissau dispõe para sair das crises cíclicas que prejudicam o seu desenvolvimento.

A juventude é um imenso capital humano e um trunfo certo, se o país chegar a enfrentar o desafio de a educar, de a formar e de lhe dar as oportunidades de contribuir para o desenvolvimento do país; é esta, de resto, a verdadeira razão de ser da Política Nacional de Juventude.

- **A pobreza e o desemprego dos jovens :**

A Guiné-Bissau está entre os principais produtores da castanha de caju. O país dispõe de recursos minerais (bauxite) por explorar. A agricultura, a pesca e o turismo, os setores mais importantes para desenvolver o crescimento e o emprego, são, no entanto, pouco valorizados. A situação económica e política muito preocupante afugenta os investidores e trava o ímpeto dos parceiros técnicos e financeiros (PTF). A pobreza desenvolve-se e um emprego digno é coisa rara.

O recenseamento populacional de 2009 indica que a população potencialmente ativa, com 15 anos ou mais, representa 37,7% da população total. A taxa de ocupação da faixa etária dos 15-24 anos era de 10,6% em 2009, com uma taxa de 4,6% para as mulheres. A taxa de desemprego anda à volta dos 30% e os jovens são particularmente afetados.

As razões para isto andam à volta de duas questões fundamentais:

- Os empregos públicos são raros e têm pouco valor. O Estado propõe, sobretudo, contratos de estágio aos jovens diplomados em vez de os tornar efetivos. Além disso, o setor privado guineense vê-se preso na situação difícil do país e a economia pouco desenvolvida para gerar emprego para os jovens.
- O emprego independente (empreendedorismo jovem) não se desenvolve por falta de uma verdadeira estratégia nacional que favoreça o acesso aos serviços financeiros e não financeiros. Os financiamentos são inacessíveis para os jovens que têm problemas em elaborar planos de negócios.

As perspetivas são sombrias : atualmente entram cerca de 30 000 cidadãos da Guiné-Bissau por ano no mercado de trabalho. Vão ser 50 000 em 2030, mas entre

2010 e 2030 pelo menos 850 000 vão-se apresentar no mercado de trabalho e dificilmente encontrarão emprego, se a situação de morosidade económica atual perdurar.

A falta de rendimento tem consequências muito difíceis para o acesso dos jovens à habitação; o que os leva a adiar para mais tarde a aceitação da sua responsabilidade familiar e social.

A oferta de formação profissional e técnica continua a ser muito limitada. O país não tem infraestruturas públicas suficientes nesta área, exceto no que respeita às formações orientadas para o setor terciário, onde intervêm as universidades públicas. Nas suas concertações, os jovens estimaram que uma das causas fundamentais do desemprego residia na fraqueza da oferta de formação profissional. Também denunciaram a proliferação das escolas privadas de formação profissional sem nenhum controlo por parte do Estado.

Uma orientação da formação profissional para os setores suscetíveis de trazer o crescimento é indispensável para evitar a formação de desempregados diplomados. Todavia, não há nada que indique, na situação atual, que os perfis formados não sejam adequados para as ofertas de trabalho. Há uma falta desastrosa de dados de confiança sobre o mercado de trabalho, que se destaca pela sua falta de organização.

As profissões da agricultura, do turismo, da pesca, da construção e das obras públicas, nomeadamente, estão pouco desenvolvidos. O mesmo se pode dizer do voluntariado na agricultura, que poderia ser uma porta de entrada interessante para a modernização e desenvolvimento deste setor.

Ao nível internacional, o país não aproveita as oportunidades oferecidas pela Conferência dos Ministros da Juventude e do Desporto dos países de língua francesa (CONFESJES), que pôs em prática o Programa de Promoção do Emprego dos Jovens (PPEJ), antes chamado de Fundo de Inserção dos Jovens (FIJ). Só os programas de formação profissional e de reforço de capacidades da CEDEAO parecem beneficiar os jovens da Guiné-Bissau.

3.2. Diagnóstico do enquadramento regulamentar e institucional :

A gestão do setor da juventude é feita pela Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto. O setor não obteve o nível de ministério de pleno direito. Isto, sem dúvida, tem influência no volume de recursos que lhe estão alocados numa situação de crise generalizada. Existe uma única estrutura para aplicar as medidas necessárias na área da juventude, neste caso, o Instituto da Juventude, que tem insuficiência de recursos humanos e financeiros, infra-estrutural, para fazer face às necessidades dos jovens. Os centros de jovens deparam-se com as mesmas dificuldades e não cobrem todo o território. Encontram-se concentrados, essencialmente, à volta da capital.

Do mesmo modo, a transversalidade do setor da juventude não é tida em conta na criação de políticas do Governo, onde se deteta uma falta de intersectorialidade

nas diferentes estruturas governamentais que intervêm diretamente sobre as questões da juventude.

Finalmente, apesar de o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) ser uma organização importante para a mobilização da participação dos jovens no desenvolvimento nacional, as suas relações com a tutela envolvem algumas dificuldades.

3.3. Análise prospetiva :

O exame da situação da juventude e do enquadramento institucional revela um campo de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, cuja análise global e prospetiva apresenta o seguinte resultado.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - A juventude da população ; - Existência de um enquadramento jurídico favorável ao desenvolvimento da vida associativa e de um tecido associativo denso; - Existência de uma rede incipiente de Centros de aconselhamento para os jovens em matéria de saúde reprodutiva (Bissau e Gabu) e de centros de juventude (Canchungo e Tombali); - Existência de centros de formação profissional ao nível do Estado e no privado (Ministério da Educação, Ação Desenvolvimento, CIFAP, Escola de Artes e Ofícios, Quelelé, etc.); - Existência de programas de apoio das organizações chave para o desenvolvimento, nomeadamente as do Sistema das Nações Unidas, a CEDEAO, a CONFEJES, o Plano Internacional, a Cooperação bilateral e multilateral; - A Guiné Bissau ratificou a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação das mulheres (CEDAW) em 1985 e o seu Protocolo facultativo em 2009 e assinou o Protocolo de Maputo em 2008 e integrou certas disposições internacionais sobre a proteção das mulheres e das crianças, que são retomadas na nomenclatura jurídica nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade institucional do setor muito limitada ; - Recursos orçamentais consagrados à juventude muito limitados; - Falta de recursos humanos qualificados, gestão delicada do pessoal ao nível do Instituto da Juventude; - Fraqueza das estratégias de luta contra SIDA e as IST; - Concentração das estruturas de intervenção na região de Bissau; - Baixo nível da educação de base, da animação socioeducativa e da formação profissional; - Fraco acesso dos jovens às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); - Ausência de estratégia nacional de promoção do emprego dos jovens; - Não ratificação do Protocolo da Carta africana dos direitos do Homem e dos povos relativo aos direitos das mulheres (Protocolo de Maputo), da Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, da Convenção contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e a Convenção para a proteção das pessoas com deficiência; - Aplicação insuficiente dos protocolos ratificados sobre os direitos das mulheres e das crianças. -

<p>A orientação será no sentido do reforço da vida associativa dos jovens, da multiplicação das estratégias de luta contra a SIDA e as IST específicas para os jovens, da utilização mais ampla das intervenções dos parceiros e da busca da sensibilização para a ratificação e integração no arsenal jurídico nacional das disposições que promovam os direitos das mulheres e das crianças.</p>	<p>A orientação será no sentido do reforço do enquadramento institucional (criação de um Ministério de pleno direito para a juventude dotado de recursos adequados), da descentralização das estruturas da juventude, da saúde, do emprego, do desenvolvimento das ações dos cidadãos e da participação nos processos de integração regional, internacional e da cooperação.</p>
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento político das autoridades na implementação de uma política nacional de juventude; - Boa disponibilidade dos parceiros para o desenvolvimento, nomeadamente da UNFPA, do PNUD, da UNICEF, do Plano Internacional, etc.; - Existência de Estratégias para a juventude das Nações Unidas, da Francofonia, CPLP, PALOP, da CONFEJES, da União Africana e da CEDEAO, às quais a Guiné-Bissau pode ter acesso. <p>A manutenção e o reforço da vontade política de dar prioridade à juventude no desenvolvimento do país e do envolvimento dos Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF), vão ser procurados por meio de uma melhor informação das autoridades políticas.</p> <p>As oportunidades oferecidas pelos parceiros deverão ser aproveitadas assim que se apresentarem, devido à melhoria da percepção da imagem do país e ao restabelecimento da confiança dos PTF.</p>	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política ; - Fraqueza de recursos financeiros internos ; - Crise financeira internacional ; - Insuficiência dos recursos humanos ; - Fraqueza institucional do setor. <p>O envolvimento dos jovens na vida pública para darem apoio aos esforços de refundação do Estado e à criação de instituições democráticas é uma necessidade.</p> <p>A mobilização dos jovens através de uma política de voluntariado, inspirada e coordenada com as da CEDEAO, da União Africana, das Nações Unidas e das PTF permitirá substituir o Estado que permanecerá por algum tempo com dificuldades em financiar as suas políticas e programas de desenvolvimento.</p>

3.4. As Questões e os Desafios do setor :

O setor confronta-se com inúmeras questões e desafios vitais para o desenvolvimento da sociedade da Guiné-Bissau, tais como:

- A integração social e política, a mobilização da juventude e a sua participação nas instâncias de decisão são questões vitais para o desenvolvimento da sociedade;
- A mobilização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para a implementação dos programas e projetos;
- A inserção dos jovens na vida profissional ;
- A consideração da evolução a médio e longo prazo da população juvenil nas políticas setoriais;
- O desenvolvimento da intersectorialidade para uma melhor articulação da PNJ com as políticas setoriais ;
- A realização da igualdade e da equidade de género.

III. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE:

3.1. Missões genéricas do sector:

A Política Nacional de Juventude da Guiné-Bissau é elaborada e executada a favor do grupo social dos jovens, composto por indivíduos, rapazes e raparigas, de idades dos 15 aos 35 anos, conforme a definição de Juventude na Guiné-Bissau. As crianças e os adolescentes dos 3 aos 14 anos também se enquadram em alguns destes programas. A PNJ apoia-se nos compromissos internacionais que o Estado subscreveu, as leis e os regulamentos que regem o funcionamento do país e regulam a vida dos cidadãos, tal como nas prioridades nacionais em matéria de desenvolvimento. Ela é, à partida, uma política de educação e formação dos jovens seguidos através das seguintes missões:

- Promoção social dos jovens através da educação (escolarização e educação social), acesso às atividades de lazer culturais, desportivas e socioeducativas;
- Protecção dos jovens contra as doenças, os comportamentos desviantes e os anti valores;
- Promoção económica dos jovens através do desenvolvimento da sua empregabilidade e empreendedorismo;
- Reforço do sentido cívico e da cidadania nacional e internacional dos jovens, favorecendo o seu contributo para o desenvolvimento nacional, a consolidação da paz e da democracia e a importância do país;
- Reforço das capacidades das organizações de jovens tendo em vista torná-las autónomas e fazer delas uma força de proposta e de parceiros incontornáveis;
- Coordenação eficaz das intervenções públicas, privadas, dos PTF e dos jovens, graças a um enquadramento institucional à medida das exigências e das ambições para a juventude.

É preciso lembrar que a juventude é um tempo de preparação para a vida adulta. Ela também é um espaço de expressão de uma cidadania dinâmica e inovadora. Nesta ótica, a Política Nacional de Juventude da Guiné-Bissau pretende fazer dos jovens os agentes da mudança, da transformação social, da construção da paz e da democracia e prepará-los a fazer harmoniosamente a transição para a idade adulta.

3.2. Visão, Valores e Princípios de acção:

Visão :

Guia a implementação da Política nacional de Juventude da Guiné-Bissau até à meta de 2035. Pensada, portanto, para uma duração de 20 anos a partir da análise do setor, da situação da juventude, dos imperativos do desenvolvimento nacional e do contexto regional e internacional, ela é:

«FAZER DOS JOVENS GUINEENSES CIDADÃOS RESPONSÁVEIS E EMPENHADOS, PARCEIROS ACTIVOS E INCONTORNÁVEIS PELO SEU CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DURAVEL E EQUITAVEL, A CONSTRUÇÃO DA PAZ, DEMOCRACIA E DA BOA IMAGEM DA GUINÉ-BISSAU E DE ÁFRICA.»

Valores fundamentais:

Subjacentes a todas as dimensões da intervenção a favor da juventude, tal como às contribuições da juventude a favor dos outros intervenientes e categorias sociais do desenvolvimento nacional. Determinam, também, a escolha dos princípios operacionais e das estratégias.

- Favorecer a solidariedade intra e intergeracional :

A política nacional de juventude inscreve-se numa visão prospetiva. Ela excede a assunção das necessidades e aspirações das gerações actuais, ao tentar ir ao encontro das mutações que ocorrerão num futuro próximo ou distante. Os programas a implementar respeitarão os princípios de sustentabilidade sendo o mais possível estruturantes para estarem aptos a realizar a solidariedade intra e intergeracional.

- Garantir a Equidade e a igualdade entre géneros:

O respeito da equidade e da igualdade entre géneros constitui uma grelha de leitura e um indicador importante da Política Nacional de Juventude. Os direitos das jovens como pessoas que vivem com uma desvantagem serão considerados e, se necessário, serão objeto de medidas especiais ou de discriminação positiva. A política da juventude será inclusiva de todas as dimensões e contornos da diversidade da juventude. Não será aceite nenhuma discriminação para o acesso e a participação nos programas, quer seja baseada na idade, no sexo, na origem, na língua, na etnia, em deficiências, opções políticas ou religiosas.

Princípios diretores :

- Garantir a Participação e a Coordenação:

O desafio de construir uma colaboração sobre uma base formal, regular e contínua, de forma a otimizar o desenvolvimento das iniciativas de favorecimento da juventude é abordado logo desde o processo de elaboração e renovação da Política Nacional de Juventude. O sistema de implementação deverá permitir a criação de redes vastas e dar ocasião de experimentar abordagens originais e inovadoras a todos os níveis. Ele deverá destacar os desafios da participação e da coordenação. A criação da Política Nacional de Juventude não vai excluir ninguém.

- Favorecer a responsabilização :

A condução da política da juventude vai-se basear no princípio de responsabilização. Para tal, o Conselho Nacional da Juventude e as organizações que o compõem, tal como os parceiros, terão um papel de primeira ordem ao lado do Estado. Para melhor tomar em consideração as mudanças importantes que se

operam nas necessidades e aspirações dos jovens, este princípio será continuamente reforçado ao ser aplicado.

- Garantir a Transparência:

Será posta em prática nos vários níveis de intervenção uma série de mecanismos para garantir a visibilidade e o controlo, de forma a estabelecer o equilíbrio entre a responsabilidade e a autonomia. O setor da juventude vai ser um terreno de boa governação económica, social e financeira.

- Favorecer a intersectorialidade:

A política da juventude é, por natureza, transversal. Ela aborda problemas vindos de vários setores: saúde, educação, emprego, lazer, desporto, ambiente, habitação, etc. Em suma, em todas as dimensões do desenvolvimento e da vida nacional, os jovens são alvos ou partes interessadas nos programas, ou melhor, ora alvos, ora partes interessadas. Consequentemente, o desenvolvimento de relações intersectoriais constitui uma base certa para aproveitar todas as oportunidades que uma tal abordagem oferece, e evitar as dispersões que geram a ineficácia. As ações serão ainda mais eficazes se forem resultado de uma parceria e uma partilha acordada dos contributos de todos os setores. Vão ser tomadas e renovadas em permanência medidas organizacionais (criação de pontos focais da juventude no âmbito dos ministérios) para facilitar a colocação em prática das abordagens intersectoriais.

3.3. Orientações estratégicas:

As orientações estratégicas são as direções estratégicas selecionadas para concretizar a visão. Elas definem o enquadramento onde se vão situar as intervenções em termos de política da juventude. Elas estruturam e orientam de forma resoluta a ação do Estado, dos jovens e dos Parceiros Técnicos Financeiros para o objectivo global de fazer dos jovens da Guiné-Bissau, nos próximos vinte anos, cidadãos completos, responsáveis e empenhados, parceiros incontornáveis para o desenvolvimento sustentável, a paz, a democracia e a importância da Guiné-Bissau e de África.

Foram seguidas quatro orientações estratégicas no âmbito da Política Nacional de Juventude, cada uma com objetivos a atingir. As intervenções previstas no âmbito da Política Nacional Juventude estão organizadas em programas que se traduzem em ações, elas próprias decompostas em atividades (projetos e programas específicos), cujos desempenhos são medidos por indicadores.

Os programas têm em conta os compromissos regionais e internacionais da Guiné-Bissau na área da juventude, da proteção dos direitos das crianças e das jovens mulheres.

As orientações estratégicas são as seguintes :

Orientação estratégica 1: Desenvolvimento nos jovens das aptidões, atitudes e comportamentos favoráveis à paz, à democracia, à participação na vida pública nacional, regional, africana e internacional

A Guiné-Bissau é um país em situação de pós-conflito e de transição. Para a nação, é uma prioridade absoluta fazer dos jovens a ponta de lança para a construção da paz e da democracia, que são as condições sine qua non para criar as bases para o desenvolvimento do país. O contributo dos jovens para a refundação do Estado é essencial para o futuro da Guiné-Bissau. O mesmo se pode dizer da sua participação na construção de uma África e de um mundo solidário, controlando o seu futuro.

Finalmente e sobretudo, o progresso da juventude não se pode conceber e realizar sem a garantia de uma paz duradoura tanto ao nível nacional como para lá das fronteiras do país.

Orientação estratégica 2 : Desenvolvimento do capital humano jovem.

O desenvolvimento e a proteção do capital humano jovem assenta na educação e na formação (acesso ao conhecimento), na saúde e nas atividades de lazer que permitem aos jovens ter as capacidades intelectuais, físicas e morais, e as aptidões necessárias para desempenhar mais tarde o seu papel de cidadãos adultos e cumprir o seu contrato social. Uma boa educação, a saúde (física, mental e moral), uma alimentação saudável e oportunidades de um desenvolvimento integral são fatores essenciais para a produtividade e o crescimento. O capital humano é a primeira riqueza da Guiné-Bissau.

Eixo estratégico 3 : Reforço da participação dos jovens no desenvolvimento económico.

As condições económicas, sociais e políticas do país são determinantes para a inserção dos jovens da Guiné-Bissau na vida ativa. Elas são muito difíceis. A abordagem à inserção económica dos jovens consiste em considerar o problema sob todos os seus ângulos.

É deste modo que a Política Nacional Juventude abordará as características mais difíceis da inserção económica dos jovens, nomeadamente, o mau emprego, a inadequação da formação ao emprego, ou a fraca capacidade empreendedora dos jovens.

Porém, certamente que é indispensável e urgente criar os empregos dignos de que necessitam os jovens, mas é igualmente importante gerir o mercado de trabalho para que a correspondência entre a procura e a oferta esteja a um nível ideal. Logo, a organização e a gestão do mercado de trabalho vão ser uma dimensão importante desta estratégia.

A Migração Ilegal, que subtrai as mentes bem formadas e os braços capazes ao mercado de trabalho, também vai ser tratada para mitigar os seus efeitos nefastos no tecido social e nas capacidades económicas.

Orientação estratégica 4 : Melhoria da governação do setor e dos mecanismos de financiamento.

A governação do setor da juventude assenta sobre três pilares essenciais:

- Uma participação de qualidade das partes interessadas que não são do Estado, nomeadamente, dos PTF, das ONG, do movimento associativo jovem, do setor privado;
- Uma organização eficaz do setor pela criação de normas (regras e procedimentos) que convergem para o funcionamento ideal e uma coordenação com bom desempenho que elimine, ao máximo, as zonas de incerteza e as confusões de papéis, graças a recursos humanos qualitativamente e quantitativamente ideais;
- Uma abordagem inclusiva e que tenha em conta a equidade de género (igualdade entre jovens rapazes e jovens raparigas, pessoas com deficiência) e eliminando todas as formas de discriminação, de exclusão, de violência, de desrespeito pelos direitos humanos, sejam quais forem as suas motivações.

Os programas que correspondem às orientações estratégicas são os seguintes :

- Cidadania, participação, direitos humanos, paz, democracia ;
- Desenvolvimento do capital humano (preparação para a transição para a idade adulta: formação, proteção, reforço das capacidades);
- Participação económica dos jovens (empregos dignos e empreendedorismo) ;
- Governação (gestão e desenvolvimento) e financiamento do setor.

3.4. Plano de ações estratégicas de desenvolvimento da juventude :

A estratégia adota uma abordagem empresarial, participativa e valorizadora, essencialmente orientada para o reforço das capacidades das jovens raparigas e dos jovens rapazes, para uma transição de sucesso para a idade adulta.

No plano financeiro, o planeamento orçamental baseia-se numa abordagem de Gestão baseada nos resultados. Neste sentido, as políticas a implementar no âmbito da PNJ visam alcançar objetivos específicos. Estes são pensados na forma de projetos/programas que integrem as principais ações prioritárias identificadas na altura do balanço - diagnóstico realizado, nomeadamente de análise prospetiva. Para este efeito, o plano de ações estratégicas encontra-se articulado em torno de quatro (4) orientações estratégicas.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 1 : Desenvolvimento de aptidões, de atitudes e de comportamentos para favorecer a paz, a democracia, a participação na vida pública nacional, regional e internacional

Objetivo geral 1 : Formar cidadãos empenhados na vida pública, na paz e na democracia

Objetivo específico 1 : Desenvolver a educação para a cidadania, os direitos humanos, a paz e a democracia

Ação 01 : Reforço do ensino da educação cívica na escola (atividades de formação dos professores e dos alunos);

Ação 02 : Promoção da educação para a cidadania no meio associativo jovem (formação dos dirigentes e dos cidadãos voluntários).

Objetivo específico 2 : Reforçar a participação dos jovens nas atividades de desenvolvimento nacional

Ação 03 : Desenvolvimento do voluntariado institucional e associativo.

Objetivo geral 2 : Reforçar a participação dos jovens na vida pública nacional, regional e internacional.

Objetivo específico 3 : Assegurar a participação dos jovens na gestão da coisa pública

Atividade 04 : Organização da presença dos jovens nas instâncias públicas de decisão;

Atividade 05 : Reforço das organizações da juventude para obterem os seus próprios pontos de vista sobre o funcionamento da nação, e os defenderem.

Objetivo específico 4 : Assegurar a participação dos jovens nos programas internacionais e regionais

Ação 06 : Participação nas jornadas internacionais da juventude

Ação 07 : Participação nos programas internacionais e comunitários para a juventude.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2 : Desenvolvimento do capital humano jovem para uma transição de sucesso para a idade adulta

Objetivo geral 3 : Promover a escolarização e lutar contra o analfabetismo

Objetivo específico 5 : Contribuir para aumentar bastante a taxa de escolarização

Ação 08 : Organização de estratégias de mobilização social para a escolarização das crianças, especialmente das raparigas.

Ação 09 : Aplicação da escolaridade obrigatória até aos 16 anos.

Objetivo específico 6 : Contribuir para baixar significativamente a taxa de analfabetismo incluindo o digital

Ação 10 : Reforço dos programas públicos de alfabetização funcional para os jovens não escolarizados e que abandonaram a escola.

Ação 11 : Facilitação do acesso dos jovens às Tecnologias de Informação e de Comunicação

Objetivo geral 4 : Promover a saúde dos jovens

Objetivo específico 7 : Reduzir para 1% a taxa de prevalência das IST/SIDA e erradicar as gravidezes precoces e não desejadas e a violência doméstica sobre as jovens

Ação 12 : Desenvolvimento da oferta em serviços de saúde reprodutiva dos jovens e reforço das capacidades de luta contra a propagação do IST/SIDA e do paludismo ;

Ação 13 : Reforço do arsenal jurídico na área da repressão da violência doméstica e sexual, dos casamentos e gravidezes precoces;

Ação 14 : Pôr em prática medidas de apoio às iniciativas de ações judiciais das raparigas e jovens mulheres vítimas de violência sexual.

Objetivo específico 8 : Reduzir a exploração das crianças e erradicar o consumo de droga, álcool e tabaco entre os jovens

Ação 15 : Reforço do arsenal jurídico na área da repressão da venda de droga e ações de mobilização contra o consumo de droga, álcool e cigarros no meio escolar;

Ação 16 : Criação de estratégias de acompanhamento de ex-toxicod dependentes e oferta de serviços de tratamento e pós-tratamento.

Objetivo geral 5 : Desenvolver o acesso dos jovens a atividades de lazer saudáveis.

Objetivo específico 9 : Promover a animação sociocultural e socioeducativa

Ação 17 : Desenvolvimento dos recursos humanos para a animação sociocultural e socioeducativa;

Objetivo específico 10 : Promover a animação desportiva

Ação 18 : Desenvolvimento dos recursos humanos para a animação desportiva;

Ação 19 : Desenvolvimento de infraestruturas de proximidade para a animação cultural, socioeducativa e desportiva.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 3 : Reforço da participação dos jovens no desenvolvimento económico

Objetivo geral 6 : Desenvolver a empregabilidade dos jovens e facilitar o seu acesso ao mercado de trabalho

Objetivo específico 11 : Reforçar a oferta de formação profissional

Ação 20 : Desenvolvimento da oferta de formação profissional inclusiva, pública e privada, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho ;

Objetivo específico 12 : Desenvolver estratégias de acompanhamento dos jovens no mercado de trabalho

Ação 21 : Desenvolvimento de programas de apoio aos jovens que procuram o seu primeiro emprego ;

Ação 22 : Criação de estratégias de gestão e de informação sobre o mercado de trabalho.

Objetivo geral 7 : Promover o autoemprego dos jovens

Objetivo específico 13 : Promover o espírito empreendedor entre os jovens

Ação 23 : Integração da formação para um espírito empreendedor na escola e nos programas de formação profissional;

Ação 24 : Desenvolvimento da cultura empresarial no meio extraescolar.

Objetivo específico 14 : Acompanhamento das iniciativas de criação de empresas por jovens

Ação 25 : Desenvolvimento da oferta de serviços não financeiros para os jovens empresários;

Ação 26 : Desenvolvimento da oferta de serviços financeiros para os jovens empresários.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 4 : Melhoria da governação do setor e dos mecanismos de financiamento

Objetivo geral 8 : Reforço das capacidades de pilotagem do setor

Objetivo específico 15 : Racionalização da organização, procedimentos administrativos, financeiros e instrumentos de gestão da Política Nacional da Juventude

Ação 27 : Reorganização e racionalização do dispositivo organizacional do Instituto da Juventude ;

Ação 28 : Racionalização dos procedimentos e dos instrumentos de implementação da PNJ, tendo em conta o género.

Objetivo específico 16 : Desenvolvimento das capacidades de planeamento, de comunicação, de seguimento-avaliação e de controlo das intervenções que o setor tem

Ação 29 : Criação de instrumentos de coordenação estratégica e operacional e

Objetivo específico 17 : Reforçar as parcerias e a cooperação entre as partes interessadas da Política Nacional da Juventude

Ação 30 : Clarificação das relações entre as partes interessadas da Política Nacional da Juventude ;

Ação 31 : Desenvolvimento da intersectorialidade, reforço das parcerias interministeriais.

Objetivo geral 9 : Melhorar a governação financeira do setor

Objetivo específico 18 : Racionalizar a gestão financeira

Ação 32 : Racionalização dos procedimentos financeiros;

Ação 33 : Criação de uma estratégia de apoio à mobilização de recursos financeiros no setor da juventude.

Objetivo específico 19 : Desenvolver mecanismos alternativos de financiamento da PNJ

Ação 34 : Desenvolvimento de mecanismos alternativos de financiamento;

Ação 35 : Participação nos programas OIF, CONFEJES, CPLP, PALOP, CEDEAO e UEMOA de financiamento dos programas de juventude.

IV. ENQUADRAMENTO DE PILOTAGEM E DE SEGUIMENTO-AVALIAÇÃO :

5.1. Um seguimento-avaliação considerado fator de boa governação:

O seguimento e a avaliação das políticas do Governo não passam de uma simples função. Constituem um verdadeiro sistema e são o primeiro instrumento de verificação da coerência do conjunto dos programas a pôr em prática. O sistema deve funcionar bem e conseguir integrar os aspetos formais que se baseiam nos dados associados normalmente ao trabalho de seguimento-avaliação e nos elementos informais de seguimento e de comunicação, como a recolha, feita pelos responsáveis pela Política Nacional de Juventude, das impressões dos jovens, das partes interessadas e das populações.

O sistema de seguimento-avaliação a pôr em prática visa os seguintes objetivos:

- Uma gestão eficaz da informação sobre a política geral, os programas e os seus impactos na situação da juventude e do país, a todos os níveis de intervenção e de partes interessadas;
- Uma recolha rigorosa e completa da informação sobre as atividades programadas não realizadas e sobre as que foram realizadas, e uma boa gestão da informação, para facilitar a tomada de decisão;
- A adaptação dos programas em função das aprendizagens adquiridas e da evolução das necessidades da juventude;
- Partilha de boas práticas e reforço das capacidades de todas as partes interessadas envolvidas, particularmente das organizações da juventude, para melhorar a eficácia da Política Nacional de Juventude.

O sistema de seguimento-avaliação vai-se apoiar sobre os princípios e instrumentos de Gestão baseada nos resultados que foram usados para elaborar a PNJ e vai fazer:

- Uma avaliação formativa (análise crítica do conjunto de dados recolhidos para determinar os desvios e os reajustamentos) por ano;
- Uma avaliação do prognóstico (estimativa das possibilidades de alcançar as metas anuais dos indicadores e eventual revisão do desempenho tendo em conta o contexto socioeconómico do país, ainda em investigação) por ano;
- Uma avaliação sumativa ou final no fim do plano de ações prioritário, para determinar o nível atingido em termos dos objetivos a médio prazo da política nacional de juventude, a cada cinco (5) anos.

Os resultados da avaliação deverão permitir distinguir o desempenho dos programas da Política Nacional de Juventude, por um lado, e, por outro lado, a situação global do setor da juventude em termos de perceção e pertinência dos programas selecionados no plano de ações.

A gestão do sistema de seguimento-avaliação vai ser informatizada, se possível, com um sistema de intranet alargado ao nível regional.

5.2. Dispositivo de Implementação e de Seguimento-Avaliação:

A primeira etapa da implementação da Política Nacional de Juventude corresponde à instalação dos mecanismos de execução e de seguimento-avaliação. Em geral, o desenrolar dos planos de ações da implementação da PNJ e do seguimento-avaliação exige uma parceria e um entendimento.

Esta parceria e este entendimento deverão permitir um recentramento das ações do Estado (há vários ministérios que participam na satisfação das necessidades e aspirações dos jovens), das organizações da juventude, que são ora alvos ora partes interessadas, e dos parceiros chave para o desenvolvimento.

As orientações estratégicas e os programas e projetos do plano de ações prioritário, não se poderão realizar com eficácia e eficiência a menos que um certo número de condições se encontre reunido, a saber:

- O seguimento-avaliação conjunta dos programas tanto ao nível central como ao regional;
- A elaboração de relatórios padronizados sobre a implementação, e a capitalização das experiências;
- A Gestão Baseada nos Resultados;
- A utilização de instrumentos padronizados para o acompanhamento da execução e uma abordagem harmonizada da modalidade de execução;
- O desenvolvimento de uma base de dados conjunta dos planos de ações específicos;
- Uma boa estratégia de advocacia, de comunicação e de mobilização de recursos, e de animação da PNJ, envolvendo todas as partes interessadas, através da criação de mecanismos operacionais ao nível político-estratégico e operacional.

A) Ao nível político e estratégico:

Vai ser criado um Alto Conselho para a Juventude. O (ACJ) terá como missão:

- Desempenhar um papel de vigilância, de enquadramento de análise prospetiva e de decisão estratégica;
- Aconselhar o Governo nas questões da juventude ;
- Contribuir para a definição da Política Nacional de Juventude;
- Fazer o balanço da implementação da Política Nacional de Juventude;
- Zelar pela harmonia e coordenação das intervenções a favor dos jovens;
- Dar apoio ao Governo na procura de financiamento para a Política Nacional de Juventude.

O ACJ agrupa os representantes :

- Da Presidência da República;
- Dos ministérios;
- Dos jovens;

- Das organizações da sociedade civil;
- Dos parceiros chave para o desenvolvimento.

O ACJ reúne-se duas vezes por ano presidido pelo Chefe do Governo ou pelo seu representante.

Para o seu funcionamento, dispõe de um Secretariado técnico dirigido pelo Ministro encarregado da juventude, onde estarão representados os jovens, os ministérios e os parceiros chave para o desenvolvimento.

O Secretariado técnico elabora o relatório introdutório para a reunião do Alto Conselho da Juventude.

B) Ao nível operacional, dois patamares:

- Comité nacional de Seguimento-Avaliação:

Vai ser criado um Comité Nacional de Seguimento-Avaliação com as seguintes tarefas:

- Validar, sob a autoridade do Ministro encarregado da Juventude, os projetos e os programas prioritários;
- Seguir e avaliar o progresso realizado na implementação da PNJ, por intermédio da informação dos indicadores e da avaliação anual do plano de ações prioritário;
- Propor ao Ministro encarregado da Juventude, em caso de necessidade, decisões de reorientação e de coordenação geral do sistema de seguimento-avaliação e de implementação da política;
- Acompanhar as acções relativas à mobilização dos recursos;
- Organizar as missões no terreno de seguimento das ações e os mecanismos de realização de inquéritos prioritários para a atualização dos indicadores;
- Elaborar relatórios trimestrais de execução dos projetos e dos programas;
- Difundir a cada início de ano e por todas as partes interessadas os programas prioritários reajustados e atualizados;
- Assegurar a visibilidade dos resultados da Política Nacional da Juventude.

O Comité Nacional de Seguimento-Avaliação agrupa:

- Os directores e chefes de serviço do Ministério encarregado da Juventude;
- Os pontos focais da juventude criados no âmbito de cada ministério;
- Representantes de parceiros chave para o desenvolvimento;
- Representantes dos jovens;

O Comité reúne-se uma vez por trimestre presidido pelo representante do Ministro encarregado da Juventude.

O Comité vai ter o apoio de um Secretariado técnico (Unidade de gestão) dirigido por um responsável da Unidade de Estudos e Planeamento criada para esse efeito, no âmbito do Ministério encarregado da Juventude. O CEP pode beneficiar da experiência do Gabinete de estatística e planeamento do sistema educativo (GIPASE) do Ministério de Educação Nacional e da Investigação Científica.

- Comité regional de Seguimento-Avaliação:

Em cada região, vai ser instalado um Comité regional de seguimento-avaliação. Estes comités vão ter como missão garantir uma visibilidade das ações, desenvolver a parceria com as outras partes interessadas e participar nas ações de advocacia e de mobilização de recursos.

Vão ser presididos pela autoridade regional (chefe do Executivo regional) e apoiados por secretariados técnicos, tal como o do Comité Nacional de Seguimento-Avaliação.

Vão ter reuniões trimestrais de avaliação seguidas de relatórios que serão comunicados ao Comité Nacional, sempre no mesmo formato.

Os Comités regionais são compostos da mesma forma que o Comité Nacional de Seguimento-Avaliação.

5.3. Instrumentos de implementação do sistema de seguimento-avaliação:

Os instrumentos de implementação do sistema de seguimento-avaliação são:

- Os planos de trabalho ;
- Os painéis de avaliação;
- Os contratos e relatórios de desempenho;
- Os contratos de desempenho estabelecidos nomeadamente com as agências e estruturas que vão receber transferências financeiras;
- O seguimento dos indicadores de escolarização infantil e de alfabetização funcional;
- As estatísticas na área da saúde e do trabalho.
- Os instrumentos padronizados de recolha de dados.

V. FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE :

A estratégia de financiamento da PNJ tem em conta a necessidade de classificar corretamente os vários tipos de intervenção, e de harmonizar as necessidades com as fontes de financiamento.

As intervenções das fontes de financiamento do Estado, Parceiros Técnicos e Financeiros, etc.) vão ser orientadas, ou seja, especializadas tendo em conta as especificidades das áreas de intervenção.

Sendo os recursos do país limitados, vão ser feitos esforços para remobilizar os doadores tradicionais que suspenderam as suas contribuições devido à situação de instabilidade vivida por muito tempo no país. Vão-lhes ser fornecidas garantias de transparência e de gestão virtuosa através da criação de procedimentos financeiros adequados e de uma cultura de prestação de contas.

O setor privado também vai ser um parceiro de primeira ordem, nomeadamente na área do financiamento do emprego e das infraestruturas através de Parcerias público-privadas (PPP).

O contributo dos jovens através da beneficência e do voluntariado também vai ser valorizado na execução dos programas, sobretudo as atividades de mobilização social na área da saúde e da promoção dos direitos humanos.

Finalmente, a cooperação bilateral e multilateral vai ser ainda mais orientada para o financiamento das infraestruturas de formação e de animação.

VI. ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE PLANEAMENTO :

A articulação com o sistema nacional de planeamento da Guiné-Bissau vai ser realizada a três níveis.

7.1. Ao nível dos objetivos e das finalidades:

A PNJ participa na operacionalização da visão de uma Guiné-Bissau emergente. Ela é uma dimensão setorial e deveria ser parte integrante das Estratégias nacionais de Desenvolvimento económico e social, nomeadamente, do Programa Plurianual de Convergência, Estabilidade, Crescimento e Solidariedade 2015-2019, o Programa do Governo da nona legislatura 2014/2018, e o Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” 2015-2020 e de todas as iniciativas de planeamento nacional implementadas pelo Estado.

7.2. Ao nível técnico :

A Guiné-Bissau tem uma política de organização da ação do Estado através da desconcentração e da descentralização. Existem regiões que vão ser responsabilizadas no âmbito da PNJ. Uma articulação com as estratégias das Coletividades locais também vai ser procurada e elevada a princípios de ação.

7.3. Ao nível orçamental :

O financiamento da PNJ executa-se no enquadramento da organização e das medidas orçamentais criadas pelo Estado, de acordo com as diretivas da UEMOA sobre a Programação Plurianual das Despesas e a Programação Orçamental e Económica Plurianual.

As diretivas sobre a gestão do orçamento e das finanças públicas vão ser aplicadas nos procedimentos de gestão dos meios financeiros da PNJ.

VII. GESTÃO DE RISCOS :

Fatores de risco	Nível		Estratégia de atenuação ou eliminação
	M = médio	E = elevado	
Instabilidade política		E	Contributo dos jovens para o diálogo político, reforma do Exército
Fraqueza dos recursos internos	M		Mobilização da Comunidade Internacional que manifesta boas intenções para com a Guiné-Bissau
Mobilização insuficiente dos contributos dos PTF	M		Mobilização da juventude para o voluntariado e trabalhos de mão-de-obra intensiva
Recursos humanos insuficientes	M		Recorrer aos outros setores do Estado
Fraqueza institucional do setor	M		Criação de um Ministério de pleno direito encarregado da Juventude, do Emprego e da Formação profissional

CONCLUSÃO :

Assumir as questões da juventude através da formulação e da implementação de medidas drásticas, constitui, atualmente, uma necessidade imperativa, que deve ser elevada a prioridade nacional, particularmente na Guiné-Bissau, onde a economia é muito fraca e a população é maioritariamente jovem com uma taxa de crescimento relativamente elevada.

Nesse contexto, com efeito, marcado ainda pela necessidade de construir uma nova cidadania e de refundar o Estado republicano, a variável da juventude deve ser um dado estruturante em todas as estratégias setoriais de desenvolvimento económico e social.

A formulação de uma Política Nacional de Juventude no período de transição, marcado pela raridade de recursos e por questões difíceis sobre a situação do país, deve ser um sinal de que melhores dias estão para vir, uma resposta à inquietação de uma juventude cujo futuro esteve muito tempo obscurecido.

Em suma, planear um futuro harmonioso para a juventude é planear o futuro do país. É evitar que a juventude se torne numa torrente que destrói tudo à sua passagem. É, sobretudo, criar as condições para o seu envolvimento em dar um contributo inestimável para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

DOCUMENTOS EM ANEXO :

- Plano de Ações Prioritárias ;
- Descrição dos Serviços ;
- Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos.

BIBLIOGRAFIA :

- Centro de Desenvolvimento da Juventude e Desporto, relatório de Avaliação dos programas de formação do Centro de Desenvolvimento da Juventude e do Desporto na área do reforço das capacidades dos jovens, 2012 ;
- CEDEAO, Política de Juventude, 2010 ;
- Comunicado de imprensa do PNUD, sobre a formação dos membros jovens das organizações escolhidas para o programa Iniciativa Juvenil para a Paz, agosto de 2009;
- Divisão da População das Nações Unidas 2008;
- Ministério da Economia, Plano e Integração Regional: Relatório de seguimento e avaliação do Documento de Estratégia Nacional de redução da pobreza (DENARP 1) de junho de 2009 e Segundo Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza -DENARP II 2011-2015 de Junho 11 ;
- Ministério de Educação Nacional, Cultura, Juventude e Desporto, Relatório sobre o estado do sistema educativo, Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspetiva de universalização do ensino básico e de redução da pobreza, abril de 2013 ;
- ONU, Programa mundial de ação para a juventude ;
- Pajoma Guiné-Bissau, Semana da Alfabetização, 2011 ;
- Primeiro relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio na Guiné-Bissau, 2004 ;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Relatório dos OMD 2012 ;
- República da Guiné-Bissau, programa plurianual de Convergência, Estabilidade, Crescimento e Solidariedade 2015 - 2019, nov. 2014.
- Secretaria Nacional da Luta contra a SIDA, Mintou, Relatório de Atividade sobre a Resposta da Guiné-Bissau 2012, abril de 2012;
- UNESCO, Estratégia operacional da UNESCO para a juventude, 2014-2017;
- UNESCO, Xavier Hospital Sexual Education Curricular in the making in Guinea Bissau, 2011;
- União Africana, Carta da Juventude, julho de 2006 ;
- União Africana, Plano de ação da Década africana da juventude 2009-2018, Acelerar a autonomização dos jovens para o desenvolvimento sustentável: Roteiro de implementação da Carta africana da juventude, maio de 2011 .